



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002143-35.2008.8.26.0566/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Contratos Bancários**
 Exequente: **Fundo de Investimentos Creditórios Não Padronizados Npl 1**
 Executado: **Rasa Informática Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença fulcrado em acórdão proferido na ação monitória ajuizada pelo **Banco Santander Banespa S/A** contra **Rasa Informática Ltda, Ademir Luiz Italiano e Sandra Regina Veltrone Italiano**, na qual se tornou cessionário do crédito no decorrer da demanda o **Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizados NPL 1**, ora exequente.

A fim de se apurar eventual excesso de execução na conta apresentada pela parte exequente, determinou-se a realização de perícia contábil, cujo laudo foi juntado aos autos, manifestando-se as partes.

É o relato do necessário.

Fundamento e decido.

A fase de cumprimento de sentença deve ser declarada extinta.

Com efeito, o venerando acórdão proferido nesta ação (fls. 755/759) deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pelo autor/embargado para reformar em parte a respeitável sentença proferida, nos seguintes termos: *Em suma, dou provimento parcial ao recurso e acolho apenas em parte os embargos monitórios para, constituído o título executivo judicial, (a) permitir a capitalização anual dos juros; (b) preservar a taxa de juros remuneratórios pactuada, no período de vigência do contrato; (c) determinar que os juros remuneratórios sejam computados à taxa média de mercado das operações da espécie, divulgada pelo Banco Central do Brasil, ressalvada a hipótese de emprego da taxa efetivamente praticada pela instituição financeira, caso seja mais favorável aos devedores, no período de renovação automática e sucessiva do ajuste; (d) ordenar a*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

correta apuração do débito, em obediência aos termos deste julgado, na fase de cumprimento de sentença, computados os juros legais de mora desde a data da citação e (e) reconhecer que, ante o resultado deste julgamento colegiado, resultaram as partes vencidas e vencedoras em proporções equivalentes, verificando-se a sucumbência recíproca, razão pela qual as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios serão distribuídos e compensados entre os contendores.

Como se depreende da leitura do acórdão não houve o reconhecimento de direito de crédito para a parte autora, cedente do crédito do ora exequente, mas apenas a fixação dos parâmetros para a elaboração do cálculo, que deveria ser feito na fase de cumprimento de sentença, uma vez afastados os cálculos apresentados pelos réus/embargantes ainda na fase de conhecimento e anterior ao julgamento dos embargos monitórios por eles apresentados.

Pois bem. O exequente apresentou seus cálculos e pugnou pelo início da fase de execução do julgado (fls. 830/832), sendo determinada a produção de prova pericial contábil com a finalidade de se verificar eventual excesso de execução no cálculo apresentado.

E, após a realização desta prova, apurou-se que, de fato, de acordo com os parâmetros fixados pelo título executivo judicial, os executados eram credores da parte exequente pela quantia de R\$ 1.497,79. Sublinhe-se que os critérios fixados pelo venerando acórdão foram rigorosamente seguidos pelo *expert* nomeado, não sendo plausível a insurgência da parte exequente, pois o perito mencionou expressamente como chegou ao valor apurado, respeitando critérios mencionados e definitivos outrora determinados pelo órgão *ad quem*.

Por isso, tem-se que inexistente crédito do exequente frente aos executados, o que não o legitima a prosseguir na fase satisfativa do processo, uma vez ausente objeto a ser perseguido. Ao revés, os executados é que possuem crédito contra o exequente, nos termos do cálculo realizado de acordo com as determinações constantes do acórdão, o que inclusive já se antevia quando da prolação da sentença.

Anote-se que este saldo dos executados em face do exequente não pode ser perseguido nesta demanda, pois como bem salientado quando da prolação da sentença (fls.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

683/688) não houve pleito de repetição do indébito por meio da dedução de pedido reconvenicional, o que seria cabível nos termos do enunciado nº 292, da súmula do colendo Superior Tribunal de Justiça.

Então, ausente crédito a favor do exequente, a extinção é medida que se impõe. Por consequência, conquanto atribuída a sucumbência recíproca entre os litigantes, com a compensação dos honorários e das custas processuais despendidas na fase de conhecimento, pelo princípio da causalidade, é necessária a imposição dos ônus sucumbenciais desta fase de cumprimento de sentença à parte que deu causa à sua instauração sem que tivesse direito de crédito a ser perseguido, sob pena de enriquecimento sem causa às custas da parte inocente.

Ante o exposto, **julgo extinta a fase de cumprimento de sentença, com fundamento no artigo 924, inciso III, do Código de Processo Civil, e condeno a parte exequente ao pagamento das custas e despesas processuais relativas a esta fase processual, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor em execução (fl. 832).**

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 25 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**